

Via Litterae

Revista de Linguística e Teoria Literária • ISSN 2176-6800

Traduzir, verbo intransitivo?

Translate, an intransitive verb?

*Michele Teixeira Passini**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo propor uma reflexão sobre o processo tradutório, enfocando as diferenças entre traduzir um texto técnico e um texto literário. Para tanto, abordamos autores da área das ciências linguísticas que discutem as especificidades desses dois tipos de textos, entendendo que as diferenças entre eles residem não apenas em seus aspectos propriamente linguísticos, como também em elementos de ordem externa. A seguir, apresentamos quatro excertos de respostas provenientes de um questionário aplicado a tradutores profissionais e não profissionais, a fim de observar como eles percebem tais distinções no momento em que traduzem seus textos. Dentre as questões levantadas nas respostas, discutimos especialmente aquela entendida como uma interdição à interpretação imposta ao tradutor frente a um texto técnico. Finalmente, concluímos que embora cada tipo de texto convoque o tradutor a lançar mão de procedimentos distintos, toda tradução é interpretação, uma vez que a relação entre sujeito e língua é de ordem constitutiva, o que significa que não há para o sujeito lugar fora da linguagem.

Palavras-chave: Tradução. Texto técnico. Texto literário. Língua. Sujeito.

Abstract: This article aims to reflect on the translation process, focusing on the differences between translating a technical text and a literary one. Based on this purpose, authors from the Linguistics field are approached in order to discuss the specificities of these two types of texts. They understand that the differences between them do not lie only on linguistic aspects, but also in other elements from an external order. After that, four excerpts are presented, which were taken from a questionnaire applied to professional and non-professional translators, in order to observe how they perceive such distinctions when translating their texts. Among the questions raised by the answers, it is discussed especially the one about the interdiction to interpret a text suffered by the translator in front of a technical text. Finally, it is concluded that although each type of text convokes the translator to take distinct procedures, every translation is interpretation since the connection between subject and language is constitutive, which means that there is no place out of language for the subject.

Keywords: Translation. Technical texts. Literary texts. Language. Subject.

Regularmente é priorizada a tradução literal de textos científicos, porque deve-se manter intacto o que foi expresso pelo autor. Na tradução literária, existe a possibilidade de mais liberdade, onde normalmente o que foi expresso pode ser comprimido ou expandido, modificado se for necessário (canções, jogos de palavras e etc.), pois aqui a expressão cultural é muito mais importante.

(Marina, 25 anos, tradutora profissional)

Introdução

O título escolhido para esta reflexão além de aludir ao ensaio de Roland Barthes *Escrever, verbo intransitivo?* (BARTHES, 2012), no qual o autor discute a escritura como um fenômeno complexo que envolve ambas as áreas da Literatura e da Linguística, tem como intuito provocar uma reflexão acerca de certos elementos que concebemos como fundamentais do fazer tradutório. O ponto de interrogação ali se encontra não para que recorramos a um dicionário verificando sua transitividade, mas para que nossa atenção esteja, de fato, voltada para as nuances que constituem o ato tradutório, desnaturalizando certas concepções generalistas que permanecem a ressoar nos dizeres sobre tradução.

Como vemos nas palavras da tradutora profissional apresentadas em nossa epígrafe, o modo de traduzir um texto depende de sua especificidade, o que torna a maneira de traduzir um texto técnico-científico distinta daquela de um texto de outra natureza. Assim, embora todo texto represente uma tessitura feita a partir do mesmo material que é a língua, há elementos de ordens distintas que convocam o tradutor a tomar posicionamentos também distintos dependendo do tipo de texto no qual está trabalhando. De acordo com o relato de Marina¹, o ponto que separa o fazer tradutório em um caso e outro repousa na liberdade da qual goza o tradutor ao verter o texto. Assim, enquanto diante de uma escrita de natureza técnica o tradutor deveria limitar-se a uma tradução dita mais “literal” a fim de manter “intacto” na língua de chegada o que foi produzido na de partida, o texto literário permitiria uma espécie de “trapaça com a língua” em nome de uma maior expressão artística e cultural.

¹ Neste artigo trazemos respostas obtidas a partir da aplicação de um questionário a doze participantes, como explicamos mais detalhadamente a seguir. Cabe ressaltar que para proteger a identidade dos entrevistados todos os nomes foram modificados por outros escolhidos de forma aleatória.

Neste artigo, procuramos tomar o processo tradutório como objeto de interesse para compreender de que maneira um texto técnico distancia-se ou aproxima-se de um literário no momento em que é traduzido. Para tanto, iniciamos nosso percurso contrastando esses dois tipos de linguagem – a técnica e a literária – com base em teóricos que se dedicaram a pensar tal questão. Posteriormente, avançamos até a área da tradução propriamente dita, valendo-nos, ainda, de quatro respostas obtidas a partir da aplicação de um questionário que elaboramos sobre tradução. Nosso instrumento de pesquisa foi aplicado a 12 entrevistados que convivem com a prática da tradução constantemente, seja por serem tradutores profissionais, como é o caso de dois deles, ou por traduzirem como parte de seu trabalho, como ocorre com os cinco professores de línguas estrangeiras participantes, ou, ainda, por necessitarem da tradução em seus trabalhos – em várias áreas do conhecimento, como medicina, jornalismo, música, agronomia e administração – seja para acessar determinados materiais escritos em outras línguas, ou, ainda, para verter seus próprios textos para outro idioma, a fim de que sua circulação possa ser ampliada.

Dentre as perguntas respondidas pelos entrevistados, interessa-nos especialmente aquela que indaga sobre a questão do tipo de texto traduzido, cujo enfoque recai em possíveis diferenças entre a tradução de um texto técnico e um texto de outra natureza, tal como o literário. As quatro respostas selecionadas nos permitem discutir tais diferenças tomando por base as concepções que subjazem à percepção dos entrevistados, sobretudo a respeito do papel daquele que traduz cada um dos tipos de textos.

1 A língua(gem) entre o texto técnico e o literário: as especificidades

A tomada de um texto para análise não se limita a compreensão de seus aspectos internos, ultrapassando, portanto, as fronteiras que demarcariam o seu início, com o título, e sua conclusão, com um ponto final. Elementos que poderíamos chamar de “externos” são imprescindíveis para compreender como se dá a produção de sentidos. A maneira como um texto será interpretado depende de certas condições, tais como, o lugar no qual é veiculado, quem o escreveu, com qual propósito, para que tipo de leitor, dentre outros elementos que funcionam formando uma espécie de moldura, a qual embora seja materialmente invisível, atua como um ponto de sustentação fundamental ao se tomar o texto como objeto significante. Assim, um texto pertence à ordem literária ou à técnica não apenas porque contém determinados aspectos lexicais, ou porque lança mão de certos recursos sintáticos, mas também porque circula em espaços específicos que lhe dotam de sentido sócio-histórico.

Para Othon Garcia (2002) uma descrição técnica distingue-se de uma literária por dois aspectos: o objetivo e o ponto de vista. Desse modo, enquanto a primeira “deve esclarecer, convencendo”, da segunda se espera que possa “impressionar, agradando” (2002, p. 395). De forma análoga, o gramático Evanildo Bechara (2004) entende que a escrita literária, dado seu valor estético, explora, por meio de recursos como figuras de linguagem, aspectos afetivos que acarretam maior expressividade. Dito de outra forma, enquanto a escrita técnica teria como elemento central a informatividade, a literária estaria voltada para a busca do belo, valendo-se de recursos que poderiam, por vezes até ser considerados indesejáveis em outras circunstâncias de escrita (ambiguidade, metáforas, hipérbolos, etc.) e relegando o conteúdo a uma posição secundária.

O linguista russo Roman Jakobson, no intuito de responder “o que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte”, dedicou-se à reflexão da função poética da linguagem em seu trabalho de 1960, intitulado *Linguística e Poética*. Nele, Jakobson propõe que o código global da linguagem é formado por subcódigos, que são tipos distintos e simultâneos, característicos das diferentes funções da linguagem. Partindo dos elementos que considerou constitutivos de todo ato de comunicação verbal, a saber, (I) remetente, (II) destinatário, (III) mensagem, (IV) código, (V) contato, e (VI) contexto, o autor relaciona a predominância de um desses elementos a uma dada função, apresentando seis diferentes formas de funcionamento da linguagem. Desse modo, ao se enfocar o remetente, tem-se a função emotiva, ao passo que a função metalinguística será caracterizada pela predominância do código, a fática pelo contato, a referencial pelo contexto, e, finalmente, a função poética, à qual dedica-se o autor no estudo em questão, volta-se para a mensagem (JAKOBSON, [1960] 2011).

A fim de esclarecer o que entende por função poética, Jakobson recorre ao funcionamento do comportamento verbal tomando por base a articulação de dois eixos: o da seleção e o da combinação. O primeiro deles relaciona-se com o que Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (2006), chamou “relações associativas”, as quais teriam sua sede no cérebro do falante (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 143), operando como uma série mnemônica virtual, e, mantendo-se, portanto, *in absentia* no fenômeno do comportamento verbal. O eixo da combinação, por outro lado, refere-se à construção da sequência linear pelo falante no ato da comunicação verbal. É válido lembrar com Saussure ([1916] 2006), do caráter linear do signo linguístico, o que implica a relação sucessiva dos elementos linguísticos, tanto na oralidade quanto na escrita. Assim, embora o que se apresenta materialmente no momento da enunciação seja o sintagma, linearizado no eixo da combinação, toda comunicação pressupõe também a existência do outro eixo, o da seleção, a partir do qual o repertório linguístico permanece disponível, em estado de latência. É, portanto, pela articulação desses dois eixos que se deve sempre analisar o funcionamento da linguagem.

Com base nisso, Jakobson entende que no caso da função poética, as relações que ocorrem no eixo da seleção, ditas relações de equivalência entre elementos linguísticos, é tomada como primordial, pois regula a maneira como se dará a linearização no eixo *in praesentia*, isto é, no eixo da combinação, conforme nos explica o autor: “A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo da combinação.” ([1972], 2011, p. 130, grifo do autor).

Desse modo, tanto nas distinções mais gerais trazidas por Garcia (2002) e Bechara (2004), as quais ressaltam o valor estético que caracteriza a escrita literária, quanto na descrição da função poética de Jakobson (2011) recém-mencionada, é possível perceber que o que está em jogo na escrita literária relaciona-se com a primazia do aspecto formal, a fim de acarretar determinado efeito no interlocutor que ultrapassa a transmissão de um conteúdo, donde a relevância de falar em valor estético desse tipo de linguagem. No que tange à escrita técnica, a língua passaria a ser pensada como um instrumento a serviço de um propósito claramente definido, que é o de informar uma dada mensagem ao leitor daquele texto. Logo, para esse último tipo de texto, a linguagem de que se pretende lançar mão é tanto mais clara e pontual quanto possível.

Nessa mesma linha, vale mencionar a famosa distinção entre linguagem ordinária e linguagem poética, desenvolvida pela escola literária dos formalistas russos, dentre eles o já aqui referido linguista estruturalista Roman Jakobson. A distinção entre esses dois tipos de linguagem tem como princípio o efeito que o texto causa em seu interlocutor. Assim, enquanto do primeiro espera-se simplesmente que comunique um determinado conteúdo, do segundo o efeito esperado é que provoque um estranhamento, isto é, que possa desnaturalizar o “ordinário” do sentido. Dito de outro modo, a linguagem poética, ao explorar os recursos de diferentes ordens disponíveis no repertório da língua, seria capaz de levar o interlocutor a uma experiência perceptiva única, ultrapassando, assim, o efeito de naturalização característico da linguagem comum.

Se, conforme dissemos, a escrita literária exige um trabalho minucioso sobre a letra, é justo argumentar que a figura do autor neste âmbito passa a gozar de prestígio, chegando por vezes à sacralidade, já que o valor estético de que o texto é imbuído o eleva ao *status* de arte. Conforme descreve Antoine Compagnon (2012), a relação estabelecida entre o autor e sua obra caracteriza-se como um dos pontos mais controversos em teoria literária, partindo de uma total sujeição do sentido à intenção do autor, e chegando até sua morte simbólica em meio ao desenvolvimento dos estudos enunciativos e discursivos, especialmente com os trabalhos de Roland Barthes (1968, *A morte do autor*) e Michel Foucault (1969, *O que é um autor?*).

Já no contexto da escrita técnica, por outro lado, o “nome de autor” não goza do mesmo prestígio, e costuma ter seu valor mensurado por relações de ordem institucional.

Assim, por exemplo, um artigo científico é menos reconhecido por seu autor do que por elementos tais como o grupo de pesquisa ao qual é vinculado, a instituição da qual faz parte, e, ainda, as revistas ou periódicos nos quais circula. Diferentemente do autor literário, o autor desse tipo de texto deve ser capaz de clara e efetivamente expor seus argumentos a fim de construir um percurso investigativo coerente, e, no caso das áreas experimentais, passível de ser reproduzido por outrem, já que, sendo científico, deveria ser verdadeiro em circunstâncias distintas.

Tendo apresentado algumas diferenças entre esses dois tipos de texto, convém agora dar um passo em direção ao nosso objetivo principal, que é o de refletir de que maneira tais nuances entram em jogo no momento em que esses textos são tomados por um sujeito tradutor para serem vertidos para outra língua.

2 Traduzir literatura e traduzir ciência: dois fazeres distintos?

Muito embora a chamada era da globalização, ao intensificar o intercâmbio entre diferentes países, tenha contribuído para dotar de maior visibilidade a prática da tradução, verter um texto da língua em que foi originalmente escrito para uma outra é uma prática que atravessa a história, tendo sido relatada desde a Antiguidade (OUSTINOFF, 2011, p. 30). Reconhecido como o primeiro a teorizar a respeito da tradução, o filósofo romano Cícero, em *De optimo genere oratum*, aponta para a diferença entre traduzir como intérprete, privilegiando a tradução palavra-por-palavra, e, traduzir como orador, assegurando que o sentido do texto original permaneça intacto. Cícero relata ter realizado suas traduções do grego para o latim como um orador, mantendo no texto de chegada a mesma força observada no original, sem necessariamente permanecer fiel a cada um dos termos utilizados pelo autor.

A dicotomia apresentada por Cícero permanece ainda hoje como um ponto incontornável ao se abordar a tradução tanto de um ponto de vista teórico, quanto prático, pois a cada vez que as discrepâncias entre as duas línguas se tornam evidentes, o tradutor é convocado a decidir sobre o melhor caminho a ser seguido, seja ele o da pretensa fidelidade ao autor e/ou à letra, seja o da liberdade em favor da domesticação do texto estrangeiro (VENUTI, 1998).

Como já discutimos aqui, na área dos Estudos Linguísticos, a linguagem literária tende a ser vista como distinta da técnica pelo trabalho sobre a letra, uma vez que explora recursos de ordem fonética, morfológica, sintática e mesmo semântica para causar maior expressividade, ao passo que a científica preconiza o conteúdo vinculado, visando maior clareza para atingir um nível excelente de informatividade. Assim como pudemos ver na

epígrafe deste artigo, que apresentou o dizer de Marina, essas concepções acompanham o sujeito tradutor em sua relação com o fazer tradutório.

Para melhor entender como os tradutores, profissionais ou não, concebem a prática da tradução, apresentamos a seguir quatro excertos obtidos como respostas ao questionário sobre tradução já mencionado. Interessa-nos aqui a pergunta que questionava sobre a diferença entre a tradução de textos distintos, assim formulada: *Você considera que a tradução de textos técnicos é diferente da tradução de textos de outra natureza (tais como literários, etc.)? Em que sentido?*

Vejamos as três primeiras respostas, dentre as quais está novamente a de Marina, já apresentada como epígrafe:

- (R1) *Sim, pois é regularmente priorizada a tradução literal de textos científicos, porque deve-se manter intacto o que foi expresso pelo autor. Na tradução literária, existe a possibilidade de mais liberdade, onde normalmente o que foi expresso pode ser comprimido ou expandido, modificado se for necessário (canções, jogos de palavras e etc.), pois aqui a expressão cultural é muito mais importante (Marina, 25 anos, tradutora profissional).*
- (R2) *Sim, a tradução técnica dá menos liberdade ao tradutor, pois não deve deixar espaço para ambiguidades (Camila, 23 anos, tradutora profissional).*
- (R3) *Sim, pois a margem tradutória é menor e necessita mais de precisão do que equivalência tradutória (Laís, 29 anos, professora de inglês).*

Essas respostas assertivas confirmam a concepção da existência de diferenças entre traduzir um texto técnico e traduzir um texto de outra natureza, e apontam para algumas justificativas. É possível observar que um dos pontos de regularidade pode ser encontrado na relação “liberdade-fidelidade”, uma das dicotomias mais recorrentes nas discussões sobre tradução. O caráter informativo da tradução técnica mostra-se primordial nas três respostas, relegando o tradutor a um papel secundário, de subserviência frente ao que foi escrito pelo autor, posição que lhe exige “precisão” (R3) em seu trabalho, vertendo de forma clara, sem deixar “espaço para ambiguidades” (R2), pois a “margem tradutória”, entendida aqui como espaço de expressão subjetiva, é reduzida nesse tipo de texto. Trata-se, portanto, de uma concepção de tradução como um processo espontâneo, uma vez que o conteúdo expresso pelo autor deve ser mantido “intacto” (R1), isto é, intocado, sem, portanto, ser corrompido por um outro, neste caso, o tradutor. Assim, embora a figura do

autor nos textos técnicos não conte com a mesma sacralidade como na área literária, o tradutor tende ainda a ser percebido como uma presença incômoda, fato que atualiza um saber já cristalizado nos dizeres sobre tradução, o de que o tradutor viria a deturpar o que foi criado pelo autor, e, assim sendo, toda tradução implicaria alguma perda.

Uma consequência de tal concepção é a interdição à interpretação do tradutor. Portanto, o que se espera do tradutor é uma postura objetiva, evitando interpretar a materialidade linguística que tem diante de si, como pode ser visto na próxima resposta:

- (R4) *Sim, nos textos técnicos a tradução deve ser exata, principalmente quando envolvem métricas diferentes, nome técnico de produtos, etc. Já na tradução de outras naturezas, não precisamos ter esse rigor, mesmo porque a interpretação normalmente é subjetiva e não objetiva como deve ser a técnica* (Roger, 24 anos, pesquisador da área de ciências agrárias. Grifo nosso).

Segundo Roger, enquanto os textos técnicos exigem exatidão do tradutor para não comprometer informações tais como medidas e nomes de produtos, a tradução de outras naturezas textuais não necessitaria de tamanho rigor, uma vez que é possível uma “interpretação subjetiva”. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a pressuposição de que o processo de interpretação poderia prescindir de um sujeito, caracterizando-se como objetiva. Tomar tal hipótese como verdadeira, implicaria considerar a existência de um espaço exterior à linguagem para o sujeito, e desse modo, que ele poderia ora dela apropriar-se para usá-la como instrumento, ora dela distanciar-se em favor da objetividade. Essa relação instrumental entre sujeito e linguagem nos parece insustentável, uma vez que partimos do pressuposto de que só há sujeito na e pela linguagem. É nesse sentido que Barthes ([1977] 2013) afirma que a relação do sujeito com a língua é a de “mestre e escravo”, já que não há outra forma de dizer “eu” senão pela sujeição à língua, a qual limita em sua própria estrutura o que pode ser dito:

[...] vejo-me adstrito a colocar-me primeiramente como sujeito, antes de enunciar a ação que, desde então, será apenas meu atributo: o que faço não é mais do que a consequência e a consecução do que sou; da mesma maneira, sou obrigado a escolher sempre entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos; do mesmo modo, ainda, sou obrigado a marcar minha relação com o outro recorrendo quer ao *tu*, quer ao *vous*; o suspense afetivo ou social me é recusado. **Assim, por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é**

comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar (BARTHES, 2013, p. 16, grifo nosso).

Senhor e servo: eis a condição de qualquer sujeito na linguagem, ocupe ele a posição de autor ou a de tradutor. Assim, todo o contato do sujeito com o languageiro é da ordem da interpretação, pois não há como ser sujeito fora da linguagem. Quando se aborda essa relação no âmbito da tradução, as limitações tornam-se ainda maiores, pois o tradutor sujeita-se a ambas as línguas em seu trânsito entre dois sistemas linguísticos distintos, entre duas culturas, entre dois modos de sujeição. Se na tradução técnica é necessário maior rigor e precisão como defendem os entrevistados, ainda assim se trata de tomadas de posição subjetivas de um sujeito cuja liberdade é sempre condicionada à língua.

Assim, o que a análise dessas quatro respostas nos mostra é que os tradutores entendem haver diferenças no fazer tradutório em cada um desses textos, seja pela questão da própria linguagem ou por questões de outra ordem, tal como o peso das palavras do autor do texto original. A fim de visualizar de maneira mais pontual os elementos levantados pelos entrevistados ao justificar como percebem tais distinções, apresentamos o quadro abaixo, elaborado a partir das respostas aqui discutidas:

Tradução de texto técnico-científico	Tradução de texto literário
- Menor liberdade do tradutor;	- Maior liberdade do tradutor;
- Tradução literal;	- Tradução primando pela expressão cultural;
- Sem espaço para ambiguidades;	- Possibilidade de adaptações;
- Menor margem tradutória;	- Interpretação subjetiva.
- Maior precisão na tradução	
- Interpretação objetiva.	

Quadro-síntese 1

3 Considerações Finais

O questionamento anunciado já no título deste artigo nos levou a percorrer um caminho a fim de desvelar quais complementos o verbo traduzir necessita para que seu sentido seja compreendido. Questionamos, portanto, a importância do tipo de texto que se está traduzindo para pensar o fazer tradutório. Tomamos o texto técnico comparando-o com o texto literário, recorrendo a diferentes teóricos da área da Linguística que se dedicaram ao assunto.

Como discutimos, os sentidos de um texto não se limitam unicamente a seus aspectos linguísticos, pois elementos de ordem extralinguística são também fundamentais na maneira que ele será significado. Assim, o que caracteriza um texto como técnico ou literário, não é apenas o tipo de recursos linguísticos de que lançou mão seu autor, mas também um grupo de relações que abrangem autor, contexto e questões de ordem contextuais.

Tais elementos, constitutivos da produção de sentido, entram em jogo cada vez que um sujeito toma um texto para interpretá-lo e, desse modo, são necessariamente convocados pelo tradutor no momento em que este toma o texto original para ser vertido para uma outra língua. Assim, a tradução de um texto literário e a de um texto técnico não ocorre da mesma forma, uma vez que cada tipo de texto instaura um jogo de relações específico entre texto e tradutor. Contudo, em ambos os casos há a presença indelével de um sujeito, que pode ser mais ou menos negado, como é possível observar nos excertos apresentados.

Com base nas análises, foi possível observar que os tradutores entrevistados entendem que enquanto o texto técnico exige do tradutor um cuidado com a precisão da informação, a qual espera-se que seja mantida no texto de chegada, o texto literário permite que o tradutor exerça sua liberdade em nome da expressão cultural, realizando mudanças no texto quando necessário.

Embora existam diferenças entre esses dois tipos de texto, as quais são necessariamente projetadas no fazer tradutório, entendemos que a tradução é sempre interpretação, uma vez que tem por base a relação de um sujeito com a língua. Conceber a tradução de um texto técnico como um processo sem sujeito, uma espécie de milagrosa geração espontânea do texto de chegada, a um só tempo, reforça a ilusão de que o sujeito-tradutor poderia tomar a língua de forma instrumental e ignora a complexidade da relação constitutiva do sujeito pela e na língua(gem).

Referências

BARTHES, Roland. Escrever, verbo intransitivo. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira; Revisão de tradução Andréa Stahel. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira; Revisão de tradução Andréa Stahel. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França,

pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CICERO, Marcus Tullius. *De inventione de Optimo Genere Oratum*. With an English translation by HUBBELL, H. M. London: William Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, MCMXLIX.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3. ed. Portugal: Vegas, 1992.

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 22. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

OUSTINOFF, Michaël. *Tradução: história, teorias e métodos*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

VENUTI, Lawrence. A tradução e a formação de identidades culturais. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

MICHELE TEIXEIRA PASSINI

Licenciada em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2007). Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade de Passo Fundo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na área de Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa "Análises textuais, discursivas e enunciativas" e bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: michele.at@gmail.com.